## PROJETO DE LEI Nº DE 2022

(DO SR. VINICIUS CARVALHO)

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para incluir nas hipóteses de exclusão de incompatibilidade os membros da Mesa Diretora do Poder Legislativo e respectivos substitutos legais, em municípios com menos de 200.000 (duzentos mil) habitantes.

**Art. 1.º** Esta Lei altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para incluir nas hipóteses de exclusão de incompatibilidade os membros da Mesa Diretora do Poder Legislativo e respectivos substitutos legais, em municípios com menos de 200.000 (duzentos mil) habitantes.

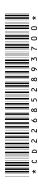
**Art. 2º**. O artigo 28 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

Άπ. 28		•••••	
202 1/2 : /	1: //	. ~	

§3º Não se incluem na hipótese de vedação do inciso I os membros da Mesa do Poder Legislativo Municipais e seus substitutos legais, em municípios com menos de 200.000 (duzentos mil) habitantes." (NR)

Art.3°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO VINICIUS CARVALHO – REPUBLICANOS/SP.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Por meio deste Projeto de Lei, procura-se incluir dispositivo no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de inserir nas hipóteses de exclusão de incompatibilidade os membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais, em municípios com menos de 200.000 (duzentos mil) habitantes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE existem no Brasil atualmente mais de cinco mil municípios com menos de 200.000 (duzentos mil) habitantes. Nesses municípios, as câmaras de vereadores têm como função precípua a fiscalização das ações do poder executivo municipal. Como não são municípios grandes e, muitas vezes, não possuem advogados em número suficiente para as demandas da população local, não é razoável retirar a capacidade postulatória de um vereador durante o exercício do mandato na respectiva Mesa.

Atualmente, o Estatuto da OAB dispõe que a advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com a atividade de chefe do Poder Executivo ou membros da Mesa do Poder Legislativo e respectivos substitutos legais. Contudo, as incompatibilidades previstas no inciso I do art. 28 do Estatuto são todas de natureza temporária, isto é, demandando o licenciamento do advogado, mas sem cancelar sua inscrição.

Desse modo, nenhum deles é incompatível com a advocacia pelo simples fato de estarem exercendo mandatos eletivos. Porém, passarão a sê-lo caso sejam eleitos para compor a Mesa do Poder Legislativo respectivo, independentemente do cargo que nela venham a ocupar, em virtude de ser a Mesa um órgão diretor.

Por exemplo, hoje são incompatíveis com a advocacia o Presidente da Mesa da Casa Legislativa, o Vice-Presidente, os Secretários, e assim por diante, a depender da organização interna de cada instituição, e também seus substitutos legais. Assim, deve ser dado tratamento igual e uniforme, nesses casos, bem como sua equiparação aos vereadores sem mandato na respectiva







## CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO VINICIUS CARVALHO – REPUBLICANOS/SP.

mesa do Poder Legislativo Municipal, no que tange ao não impedimento ao livre exercício da advocacia.

Sala das Sessões, em de

de 2022.

Deputado VINICUS CARVALHO
(Penublicanos/SP)

(Republicanos/SP)



